

## **Cinema Indígena e Meio Ambiente: uma possibilidade de educação para a diversidade**

### **Indigenous Cinema and the Environment: a possibility of education for diversity**

**Janine Monteiro Moreira Bonanno Gomes**

Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ

[janinemoreira@gmail.com](mailto:janinemoreira@gmail.com)

**Ana Lúcia Nunes de Sousa**

Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ

[analucia@nutes.ufrj.br](mailto:analucia@nutes.ufrj.br)

**Lohrene de Lima da Silva**

Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ

[limalohrene@gmail.com](mailto:limalohrene@gmail.com)

**Rebeca Patrícia Mendonça Machado**

Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ

[machadobioufrj@gmail.com](mailto:machadobioufrj@gmail.com)

### **Resumo**

Este estudo apresenta o cinema indígena como proposta didática contra hegemônica de ensino para a educação básica, no debate dos Temas Transversais Meio Ambiente e Multiculturalismo. A utilização do filme indígena “Nós e a cidade” do cineasta indígena Ariel Ortega, visa proporcionar a reflexão sobre o meio ambiente a partir de outras formas de perceber o mundo. A fim de identificar os temas geradores para a proposta pedagógica, foi realizada a análise fílmica que consistiu em decompor o filme e interpretar as relações existentes entres os trechos decompostos. Segundo Penafria (2009), a decomposição do filme facilita a interpretação e explicação de uma determinada obra. A sugestão de abordagem pedagógica direciona-se aos estudantes da educação básica, em especial do oitavo (8º) e nono (9º) ano do ensino fundamental e ensino médio, já que nessa faixa etária os estudantes estão desenvolvendo sua autonomia e processo identitário. Dessa forma, faz-se necessário apresentar outros pontos de vista para estimular a capacidade de “descentração” e reflexão crítica, tão importantes para a construção de um indivíduo capaz de transformar a sociedade. Isso posto, a proposta didática pode auxiliar no processo de educação para a diversidade e pode conduzir os docentes para o cumprimento da lei federal nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade da abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena.

**Palavras chave:** cinema indígena, meio ambiente, multiculturalismo, temas transversais, educação para a diversidade

## Abstract

This study presents indigenous cinema as a didactic proposal against the hegemonic teaching for basic education, in the debate of Transversal Themes Environment and Multiculturalism. The use of the indigenous film “Us and the city” by indigenous filmmaker Ariel Ortega, aims to provide reflection on the environment from other ways of perceiving the world. In order to identify the generating themes for the pedagogical proposal, a film analysis was carried out, which consisted of decomposing the film and interpreting the existing relationships between the decomposed excerpts. According to Penafria (2009), the decomposition of the film facilitates the interpretation and explanation of a given work. The suggestion of a pedagogical approach is aimed at basic education students, especially in the eighth (8th), and ninth (9th) year of elementary and high school, since it is in this age group that students are developing their autonomy and identity process. This way, it is necessary to present other points of view to stimulate the capacity for “decentering” and critical reflection, so important for the construction of an individual capable of transforming society. That said, the didactic proposal can help in the process of education for diversity and can lead teachers to comply with Federal Law No. 11,645/2008, which establishes the obligation to approach Afro-Brazilian and indigenous history and culture.

**Key words:** indigenous cinema, environment, multiculturalism, cross-cutting themes, education for diversity

## Introdução

A educação escolar se constitui a partir de concepções pedagógicas que refletem as diferentes formas de enxergar a sociedade. As concepções pedagógicas dominantes no Brasil têm sido classificadas academicamente em tendências liberais (tradicional, renovada progressivista, renovada não diretiva e tecnicista) e progressistas (libertadora, libertária e crítico social dos conteúdos) (LIBÂNEO, 1992).

A tendência pedagógica liberal considera como função da escola preparar os sujeitos para atuação nas funções sociais de acordo com suas aptidões individuais. Desse modo, a educação enfatiza os conteúdos que são transferidos de forma depositária, sem levar em conta o contexto social dos educandos (KAPLÚN, 1998). A transmissão de conhecimentos nesta concepção de educação não favorece a reflexão crítica da sociedade e acaba por transformar a educação em um sentido mercadológico, com vistas apenas a preparar o estudante para o mercado de trabalho.

Em contraposição à tendência pedagógica liberal, construiu-se a tendência pedagógica progressista, na qual a educação apoia-se na análise crítica da sociedade. Esse modelo enfatiza o processo de construção de conhecimento, cujo produto é a reflexão crítica do educando para transformação de sua realidade (LIBÂNEO, 1992; FREIRE, 1987; KAPLÚN, 1998).

A tendência pedagógica progressista surge então como uma proposta libertadora, libertária e

transformadora da educação. Definir a educação como libertadora, transformadora e emancipatória requer admitir que ela ocorre a partir de um processo dialógico entre educador-educando que reconhecem as pluriversalidades de saberes, de cosmovisões e cosmopercepções de mundo, ou seja: de formas de ver, ser e estar no mundo (FREIRE, 1987; hooks, 2017).

Uma proposta pedagógica que apresenta temas geradores a partir do uso do cinema indígena, pode romper com a didática empregada por educadores adeptos da concepção tradicional de educação e fomentar uma prática pedagógica progressista (ZABALA, 1998). Além disso, esse tipo de estratégia de ensino-aprendizagem pode viabilizar uma maior discussão da temática entre estudantes e docentes, com vistas a uma prática pedagógica contra o racismo anti-indígena.

Sendo assim, o objetivo do estudo é apresentar o cinema indígena como proposta didática contra hegemônica de ensino para a educação básica no debate dos Temas Transversais Meio Ambiente e Multiculturalismo. A utilização do filme indígena “Nós e a cidade” do cineasta indígena Ariel Ortega, visa proporcionar a reflexão sobre o meio ambiente e diversidade a partir de outras formas de perceber o mundo.

## **O que dizem os documentos oficiais da educação sobre os temas transversais Meio Ambiente e Multiculturalismo?**

Os conteúdos que devem ser ensinados no processo de escolarização no Brasil são regidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é o documento oficial previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), cujo objetivo é indicar as habilidades e conhecimentos que os estudantes devem apreender. Segundo a BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são temas urgentes e importantes da sociedade que devem ser abordados na educação básica de maneira transversal, ou seja, devem ser trabalhados por todas as disciplinas, relacionadas aos conteúdos curriculares. O objetivo na abordagem destes temas é propor uma reflexão crítica sobre questões sociais.

Os TCTs foram primeiramente chamados de Temas Transversais, sinalizados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento que apresenta “referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular”, em 1997 (BRASIL, 1997, p.10). Neste documento, os temas prioritários são ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual. A homologação e implementação da BNCC, em 2017, como documento orientador para construção dos currículos regionais, renomeou os Temas Transversais como "Temas Contemporâneos Transversais" (TCTs), e ampliou as categorias temáticas, embora alguns eixos tenham sido retirados do escopo de ensino-aprendizagem.

Os TCTs relatados na BNCC devem estar permeados por questões nas áreas de meio ambiente, economia, saúde, ciência e tecnologia, cidadania e civismo e multiculturalismo (BRASIL, 2018; 2019). Em suma, os TCTs na área de meio ambiente compreendem conteúdos sobre educação ambiental e educação para o consumo. Na área de economia, abrangem tópicos sobre trabalho, educação financeira e educação fiscal. No campo da saúde, os pontos devem abarcar questões de saúde, educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2019). Já os TCTs sobre ciência e tecnologia devem englobar quaisquer assuntos que se relacionem à ciência e tecnologia, não havendo na redação do documento alusão a



subáreas desta categoria. Já os TCTs sobre cidadania e civismo incluem diversos conteúdos, tais como: vida familiar e social, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, direitos da criança e do adolescente e processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (BRASIL, 2019).

No âmbito deste estudo, destacam-se o TCT "multiculturalismo", que compreende questões relativas à diversidade cultural e educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras (BRASIL, 2019) e o TCT "meio ambiente". De acordo com a redação da BNCC, a reformulação dos TCTs, neste documento, ancora-se na formulação de marcos legais associados a cada tema, de modo a assegurar maior fundamentação na sua abordagem.

A abordagem das relações étnico-raciais a partir do TCT " multiculturalismo" — cujo marco legal são as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 — pode ser um grande aliado na prática de educação para a diversidade. A ignorância ou invisibilização de modos de ser, ver, estar e perceber o mundo dos povos indígenas, povos afrodescendentes e outras minorias subjugadas ratifica a visão de uma sociedade monocultural, que privilegia apenas um saber. Discutir as relações étnico-raciais a partir do TCT multiculturalismo oportuniza revelar outras epistemologias e salientar que povos oprimidos constroem saberes baseados em seu próprio pertencimento étnico-racial (SILVA, 2011).

É necessário sublinhar que as políticas públicas refletem a visão daqueles que a formulam, e toda legislação ou ato normativo evidencia uma forma de ver e entender o mundo. No âmbito da BNCC, implementada durante um governo neoliberal, reconhece-se a intencionalidade da dimensão instrumental que atende às necessidades do mercado, ao normatizar as competências e conhecimentos necessários que reforçam pressupostos universais apoiados na neutralidade do conhecimento (VIEIRA E FEIJÓ, 2018).

Segundo Ferreira (2015), precisamos, ainda, estar atentos ao esvaziamento da real definição e entendimento do conceito de diversidade e multiculturalismo, quando aplicados ao currículo nacional ou tema transversal, sem desconsiderar os contextos histórico-sociais que os envolvem. Sendo assim, o presente estudo propõe uma abordagem de ensino a partir dos TCTs meio ambiente e multiculturalismo com vistas à uma educação para a diversidade, que reconheça as temáticas indicadas na BNCC (normativa que instrui o currículo educacional vigente), mas que não as reduza à mera implementação política de ordenamento neoliberal.

## **O que diz a Lei Federal nº 11.645/2008?**

Após anos de intensa luta do movimento negro e do movimento indígena, foi instituída a Lei federal nº 11.645/2008, que amplia a Lei federal nº 10.639/2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), como forma de mitigar os impactos negativos da reprodução do colonialismo, do racismo e das diferentes formas de discriminação no âmbito escolar. A Lei nº 11.645/2008 instituiu a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial das redes de ensino a temática da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008). A obrigatoriedade de abordar a história e cultura afro-brasileira e indígenas nas escolas objetiva romper com as narrativas hegemônicas colonialistas reproduzidas nas escolas, que reforçam estereótipos, descredibilizam e invisibilizam saberes de maneira racista.

O cumprimento da Lei nº 11.645/2008 deve ser realizado por todos os docentes em todas as

disciplinas, orientando uma prática de educação antirracista e de fomento à diversidade, que contemple a educação das relações étnico-raciais e oriente uma educação emancipatória, transformadora, e deve ser contemplada ao longo do ano e não somente em datas comemorativas (SILVA, 2011; GOMES, 2011). Ribeiro (2021) reforça que o ensino da história e cultura dos povos originários (povos indígenas) na escola é uma luta de professores indígenas e seus aliados. Romper com a educação colonialista, norte-eurocêntrica e capitalista, que estabeleceu a invisibilização, negação e subjugação dos povos originários é uma responsabilidade de quem concebe uma educação/sociedade para a diversidade e antirracista.

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo formar sujeitos capazes de promover a igualdade e equanimidade de direitos nas esferas política, social e econômica; assim como os direitos a ser e viver de acordo com seu pertencimento étnico-racial. No âmbito escolar, a educação das relações étnico-raciais deve ocorrer de forma transversal em todas as disciplinas. A abordagem das relações étnico-raciais, no contexto dos temas contemporâneos transversais da educação, é uma maneira de não restringir a temática apenas aos conteúdos específicos das disciplinas de humanidades.

## **Sobre Cinema e Cinema Indígena**

Admitindo de antemão que o cinema se integra ao espaço escolar pela capacidade de comunicação e educação, a Lei nº. 13.006/2014 institui a obrigação de exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, duas horas por mês como componente curricular complementar (FRESQUET; MIGLIORIN, 2015). Fato é que o cinema pode ser aliado na educação para a diversidade, pelo potencial que essas produções têm de apresentar novos mundos, proporcionando o acesso a “outras formas de expressão e signos, blocos de ideias e estéticas marginalizadas pelo mercado e pelo sistema oligopolista de exibição” (FRESQUET; MIGLIORIN, 2015, p. 9).

A história dos povos originários (povos indígenas) é apresentada por meio de livros didáticos, produções teóricas e midiáticas, eram desenvolvidas majoritariamente, a partir de uma narrativa hegemônica. Estas narrativas generalizaram os povos indígenas e favoreceram a construção de uma imagem única destes povos, ignorando a diversidade e saberes diversos que estes detinham (MUNDURUKU, 2018). É com o objetivo de romper com as reproduções errôneas e estereotipadas dos povos indígenas, e a fim de registrar e divulgar a memória e conhecimentos dos povos originários que nas últimas décadas, temos assistido ao surgimento de um Cinema Indígena, produzidos por eles mesmos (DORRICO, 2017; MUNDURUKU, 2018; JESUS E MOREIRA, 2018).

O Cinema Indígena possui características diferentes de produções não-indígenas. Uma delas é a filmagem em língua materna como forma de valorização de sua cultura e acessibilidade para parentes da aldeia, mas que, por qualquer motivo, residem fora dela (GALACHE, 2017). O fazer fílmico dos povos indígenas parte de uma cosmopercepção própria, possibilitando captar não somente o vivido, mas o sentido naquilo que é representado. As representações dos povos originários nas produções nativas estão em constante diálogo com as representações sociais existentes destes sujeitos (RIBEIRO, 2012). O cineasta guarani-mbyá Ariel Ortega (2018) relata que usa a câmera como ferramenta de luta, para se defender e contar sua história dentro da aldeia. Ariel Ortega, relata que acredita ser importante o uso do Cinema Indígena na implementação da Lei nº.11.645/08, visto que, apesar dos povos indígenas estarem nessa terra

há séculos, quem está de fora não os (re)conhece e ainda perpetua um preconceito contra os povos originários. Apresentar as produções audiovisuais indígenas na escola é ratificar a grande contribuição que esses povos têm na construção de uma sociedade melhor, por exemplo, seus saberes ancestrais da natureza/meio ambiente, medicina e outros.

### **Sobre o filme “Nós e a cidade”**

A proposta didática utiliza o curta-metragem indígena “Nós e a cidade”. O filme foi desenvolvido pelo realizador indígena Ariel Duarte Ortega e aborda a relação entre os povos originários e a cidade. O curta-metragem foi filmado em 2009, em guarani e português, com cenas ambientadas na aldeia e na cidade. O filme de origem étnica Guarani-Mbyá, tem duração de cinco minutos e quarenta e um segundos (00:05:41). De acordo com o Mapa Guarani Continental de 2016, os indígenas da Etnia Guarani vivem em territórios que compreendem regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. No Brasil, até 2016 somavam 85.255 indígenas, localizados nos estados do Rio Grande do sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Pará. Os grupos Guarani que vivem hoje no Brasil são: Mbyá, Pãi-Tavyterã conhecidos como Kaiowá e Avá Guarani, denominados Nandeva.

O curta-metragem conta a história em três sequências, que descrevemos a seguir nos atendo às cenas escolhidas para suscitar o debate. A sequência 1, que intitulamos de “A cidade e os indígenas” (00:00:10 - 00:00:35) mostra indígenas durante o dia, expondo seu artesanato nas ruas da cidade, enquanto as pessoas passam, ignorando a presença dos povos originários. O som de carros passando e o burburinho das pessoas em meio à agitação da cidade contrastam com a imagem dos indígenas invisibilizados pelos passantes. Na primeira cena (00:00:10), vemos a arte indígena; e, em seguida, a artesã expondo sua arte.

A Sequência 2 é intitulada “A aldeia e confecção de artesanato” (00:00:36 - 00:02:26). A cena inicial (00:00:36) mostra em uma aldeia, uma criança indígena com um instrumento musical feito com bambu. Logo após, indígenas conversam enquanto confeccionam bolsas de taquarabambu (uma espécie de planta), e esculpem animais em madeira. O diálogo (00:01:14) gira em torno da perfeição e habilidade para o artesanato. Os indígenas relatam que o dom para o artesanato foi concebido e anunciado pelos deuses. Segundo eles, os deuses previam a necessidade de vender artesanato por causa da destruição das matas, e consentiram a habilidade de seduzir não-indígenas com a venda dos animais de madeira. Confirmando a perspectiva do talento natural para a arte/artesanato, o relato de um indígena anuncia que a confecção dos animais em madeira não lhe foi ensinado, sendo fruto da vivência do indígena com os animais na mata, associado a um conhecimento inato e a um dom. Esta sequência aponta aspectos da cosmogonia indígena, tais como preservação da natureza, a revelação por deuses e as habilidades inatas. O dom de esculpir animais em madeira é associado também à vivência dos indígenas com os animais e denota a simbiose em que indígenas vivem com o meio ambiente, já que são parte da natureza.

A Sequência 3 é intitulada “Exposição de artesanato” (00:02:27 - 00:05:02). A sequência mostra a exposição e venda de artesanatos indígenas na cidade (uma espécie de feira de exposição). A cena inicial apresenta o local da feira. Logo depois, estudantes comentam o preço dos artesanatos. No local de exposição, muitos não-indígenas (adultos e crianças estudantes) interagem com os indígenas, perguntando o preço do artesanato e o modo de uso



de um dos brinquedos indígenas feito com materiais extraídos do meio ambiente. Turistas, mesmo sem permissão, fotografavam os indígenas.

Percebemos que o filme aborda principalmente os TCTs, meio ambiente e multiculturalismo. Uma perspectiva interessante para abordar o TCT Meio Ambiente pode partir do diálogo que expõe a iminência da devastação do meio ambiente pela sociedade ocidental e a necessidade do artesanato como fonte de renda para auxiliar na subsistência dos povos indígenas. Estes diálogos podem funcionar como temas geradores para o debate sobre meio ambiente e degradação humana, convivência harmônica com outros seres da natureza, questões sobre subsistência e reaproveitamento das riquezas naturais, como a confecção o de artesanato com madeiras de reuso e folhas e cipós naturais. O TCT Multiculturalismo também é muito presente no filme, desde a fotografia do filme mostrando a aldeia e as cenas sobre os modos de vida dos povos originários em contraposição à agitação da cidade, até os diálogos sobre a dificuldade de avaliar e precificar o próprio artesanato. A cosmopercepção indígena pode ser observada no filme quando as personagens mencionam o dom de confeccionar artesanatos, concedido aos povos indígenas pelos deuses. O relato da intimidade dos artesãos indígenas com os animais, que auxiliam no processo de escultura dos animais de madeira, também é um bom exemplo de como funciona a cosmopercepção indígena.

A possibilidade de conversar com os estudantes partindo da apresentação de outro saber — o saber dos povos originários — pode auxiliar no cumprimento da Lei nº.11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Assim, acredita-se que a utilização do Cinema Indígena na escola pode impulsionar o conhecimento e a compreensão da pluriversalidade de corpos e cosmogonias existentes na sociedade. O que, por sua vez, também possibilitaria o fortalecimento de uma educação emancipatória com ênfase na diversidade.

## **Considerações finais**

Esse estudo é um extrato de uma dissertação de mestrado que se desenvolveu a partir da vontade de compreender de que maneira as produções de curta-metragem realizadas por cineastas indígenas poderiam contribuir na abordagem dos temas contemporâneos transversais na educação básica, sob uma perspectiva de educação para a diversidade.

Neste extrato, concluímos que o filme sugerido pode contribuir na abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais Meio ambiente e Multiculturalismo na educação básica, sob uma perspectiva de educação para a diversidade, já que são filmes idealizados por indígenas com atores indígenas e versam sobre o cotidiano dos povos originários que vivem em simbiose com o que não-indígenas chamam de natureza (meio ambiente). Além disso, percebemos a possibilidade de cumprimento à Lei federal 11.645/2008, a partir do uso do filme sugerido já que, a temática principal do filme é a cosmogonia e cosmopercepção dos povos indígenas.

Outra constatação importante foi a possibilidade do uso do filme em cumprimento da Lei federal 13.006/2014. A lei estabelece a obrigatoriedade curricular da exibição de filmes nacionais na escola de educação básica, por no mínimo duas horas mensais.

A abordagem do TCT Meio Ambiente a partir da perspectiva do uso não predatório dos

recursos naturais, se alinha à cosmopercepção indígena da não separação homem-natureza. Dessa forma, utilizar trechos do filme que demonstram o uso de recursos da natureza para confecção de artefatos indígenas, para alimentação e para subsistência, pode contribuir no debate da degradação do meio ambiente pela população não-indígena.

O uso do filme para apresentar a diversidade de modos de ver e perceber o mundo, cumpre com a função de debater o TCT multiculturalismo, já que apresenta uma concepção diferente de vida.

## Referências

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: 1997.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019.

DORRICO, Julie. A literatura indígena brasileira e as novas tecnologias da Memória: da tradição oral à escrita formal e à utilização de mídias digitais. **Littera Online**, 2017. 113-139p.

FERREIRA, Windyz Brazão. O conceito de diversidade no BNCC Relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, jul./dez, 2015. p. 299-319. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 01 de janeiro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/14. In: FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e Educação: a lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas**. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015. p. 04-21.

GALACHE, Gilmar. Koxunakoti Itukeovo Yoko Kixovoku: **Fortalecimento do jeito de ser Terena: o audiovisual com autonomia**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2017. 123 f.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico Racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2011.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

ITAÚ CULTURAL. **Ariel Ortega – Mekukradjá**. 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/podcasts/mekukradja/ariel-ortegamekukradja>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación. Ediciones de La Torre**. Madrid, 1998.



LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992.

MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. In: **A escrita e a autoria fortalecendo a identidade**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/A\\_escrita\\_e\\_a\\_autoria\\_fortalecendo\\_a\\_identidade](https://pib.socioambiental.org/pt/A_escrita_e_a_autoria_fortalecendo_a_identidade). Acesso em: 22 de julho de 2021.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. In: **Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade**. [S. l.], 30 nov. 2008. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

MUNDURUKU, Daniel. As literaturas indígenas e as novas tecnologias da memória. In: **Povos Indígenas no Brasil: Perspectivas no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de (Orgs). Editora Brazil Publishing, 2018.

ORTEGA, Ariel. [Entrevista com Ariel Ortega, cineasta Mbyá-Guarani]. 2018. Entrevista concedida a Luisa Tombini Wittmann e Marcelo Téó. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, 2018/01.

ORTEGA, Ariel. **Cinema pode reaproximar comunidades indígenas da tradição: oral**. Cineasta Ariel Ortega aposta no audiovisual para atualizar tradições. 2 agosto 2020. Disponível em: <https://www.acritica.net/editorias/cultura/cinema-pode107reaproximar-comunidades-indigenas-da-t-1548d9243a39317ba4a/467557/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

ORTEGA, Ariel. [JM Entrevista Ariel Ortega - Cine Ouro Preto]. 2022. **Entrevista concedida a Rosângela Aguiar**. 25 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.jornalmetamorfose.com/single-post/jm-entrevista-ariel-ortega>. Acesso em 12 de março de 2022.

RIBEIRO, Ludmila Farias. **Produção audiovisual dos Pankararu do Sertão de Pernambuco: um estudo sobre a imagem e representação**. Orientador: Renato Monteiro Athias. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH - Departamento de Antropologia, Recife, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2011.

VIEIRA, Jarbas Santos; FEIJÓ, José Roberto de Oliveira. A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity. **Educação Unisinos**. Volume 22, número 1, janeiro-março, 2018. p. 35-43.